JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano VII – Nº 1.377 – Brasília, terça-feira, 9 de outubro de 2001

Senado examina proposta que combate desequilíbrio regional

Autor do projeto, Ademir Andrade argumenta que se o Brasil não reduzir diferenças a migração afetará o meio ambiente, o abastecimento e a qualidade de vida do Sul e Sudeste

O Senado deve votar hoje, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade que visa reduzir as diferenças econômicas e sociais entre as regiões brasileiras. O projeto aumenta de 3% para 4% a parcela da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados aplicada no financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ademir: miséria e exclusão social podem levar a processo de secessão

O Plenário examina também, entre outros projetos, voto de censura a cientistas que anunciaram o propósito de clonar seres humanos e proposta que regulariza situação de servidores de empresas públicas que, há mais de dez anos, prestam serviços à administração direta.

Página 3

Geraldo Althoff diz que projeto é vantajoso para o paciente e para o sistema de saúde

SUS pode oferecer atendimento domiciliar

Em turno único, o Senado deve votar hoje parecer do senador Geraldo Althoff a projeto da Câmara dos Deputados que estabelece o atendimento e a internação domiciliares no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Página 4

Ricardo Santos apresentou substitutivo a projeto do deputado Elias Murad

Educação analisa o controle do uso de drogas

A Comissão de Educação examina hoje substitutivo de Ricardo Santos a projeto que atualiza a legislação sobre o tratamento do usuário e a repressão ao tráfico de drogas. O bloqueio eletrônico a programas de TV também está na pauta.

Página 5

Programa de habitação beneficia a classe média

Página 8

Projeto de Antonio Carlos Valadares pretende garantir financiamento de casas e apartamentos para famílias com renda de até R$ 3.600

TERÇA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2001

AGENDA

Senador Ramez Tebet
Presidente

11h – Recebe o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Paulo Antônio Skaf
11h30 – Recebe o presidente da Rede Sarah, Aloysio Campos da Paz
15h30 – Preside a sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
18h – Recebe o prefeito de Corumbá, Eder Bambilan
18h30 – Participa da cerimônia de posse da nova diretoria da Associação dos Consultores Legislativos e dos Consultores de Orçamento do Senado Federal (Alesfe)

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Requerimento nº 442/01, solicitando que o Senado formule voto de censura aos cientistas Panayiotis Zavos, Severino Antinori e Brigitte Boisselier, apontando a indignação dos brasileiros frente ao anúncio de que irão clonar seres humanos, a despeito dos riscos de tal prática, considerada moral e cientificamente inaceitável por parte da comunidade científica nacional e internacional e nociva ao patrimônio genético da humanidade; votação, em primeiro turno, da PEC nº 6/98, inclui no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; votação, em primeiro turno, da PEC nº 11/98, acrescenta parágrafos ao art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a situação funcional dos servidores e empregados públicos federais legalmente cedidos a órgãos e entidades da União; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 20/01, altera redação do artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição federal (altera a alíquota do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, destinada a programas de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste); Mensagem nº 192/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Carlos Alberto Ferreira Guimarães para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Nigéria; Mensagem nº 198/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Celso Luiz Nunes Amorim para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; Mensagem nº 199/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luiz Felipe de Seixas Corrêa para exercer a função de embaixador chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra; PLC nº 25/01, dispõe sobre a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde (SUS); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimento nº 527/01, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PRs nºs 27/00 e 42/01, por regularem a mesma matéria.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Ofício "S" nº 28/01, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil solicitando interpretação autêntica do Senado sobre o disposto no art. 2º parágrafo 1º, inciso IV, da Resolução nº 78/98, em face da solicitação do Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP/MT), para assinar aditivo contratual junto ao Banco do Brasil, no valor de R$ 4,3 milhões; PRS nº 45/99, modifica a Resolução do Senado nº 22/89, que estabelece alíquotas do imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais; Mensagem nº 202/01, solicita autorização ao Senado para que o governo brasileiro realize operações que permitam o recebimento antecipado de crédito externo junto à República da Polônia, no montante atual de US$ 3,4 bilhões, na forma dos contratos assinados com o Bank Handlowy w Warszawie, a partir de diretrizes estabelecidas na Ata de Entendimentos; Ofício "S" nº 12/01-Bacen, solicita, com base no artigo 29 da Lei Complementar nº 101/2000, autorização do Senado Federal para rolar Letras Financeiras decorrentes da 7ª e 8ª parcelas de precatórios judiciais do estado do Rio Grande do Sul, vencíveis em 15 de maio e 15 de novembro de 2001; PLC nº 03/98, dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das prefeituras municipais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); PLS nº 194/00 – Complementar, obriga a União a ressarcir todas as parcelas pertencentes ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ao Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE) que foram retidas durante a vigência do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF); PRS nº 84/99, determina a redução da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; PLC nº 11/98 (tramitando em conjunto com o PLS nº 59/99, institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudo), regulamenta o parágrafo 1º do art. 213 da Constituição federal; PLS nº 58/00, institui o Programa de Construção Associativa da Casa Própria; PLS nº 689/99, altera o art. 25 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola; PLS nº 548/99, dispõe sobre o adiamento da satisfação das obrigações tributárias devidas pelas empresas fabricantes de veículos automotores; e PLS nº 87/99 (tramitando em conjunto com PLS nº 239/99), dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491/97. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

10h – Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano
Pauta: Instalação e eleição do presidente e vice-presidente da subcomissão. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – CPI do Futebol
Pauta: depoimentos de dirigentes do Clube de Regatas Vasco da Gama:
– Presidente do Conselho Fiscal, Geraldo Teixeira da Silva;
– Ex-presidente Antônio Soares Calçada;
– Contador Vanderlei Doring;
– Benemérito Carlos Alberto M. Cavalheiro. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

11h30 – Comissão de Educação
Pauta: PLC nº 105/96 (tramitando em conjunto com o PLS 154/97), dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins; PLC nº 21/99, dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada; PLC nº 118/00, denomina Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro o Aeroporto Internacional da Cidade de Guarulhos (SP); Requerimento s/nº, dos senadores Gerson Camata e Antonio Carlos Júnior, para a realização de duas audiências públicas conjuntas, entre a CE e a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, no intuito de debater a implantação da TV digital no Brasil; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Três requerimentos de solicitação de audiência pública; Mensagem nº 213/01, submete à apreciação do Senado Federal o nome do diplomata Artur Denot Medeiros para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha; e Mensagem nº 214/01, submete à apreciação do Senado Federal o nome de Angelo Andrea Matarazzo para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Italiana. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7*

17h30 – CPI do Roubo de Cargas
Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

PREVISÃO
PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Requerimento nº 540/01, do senador Pedro Simon, solicitando a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para prestar informações e esclarecimentos necessários sobre os impactos na economia e nas finanças públicas, em especial sobre as receitas do Tesouro da aprovação do PLS nº 646/99-Complementar, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte; PLS nº 497/99-Complementar, autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará (Riapa) e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas; PLC nº 15/01, proíbe o emprego, o desenvolvimento, a fabricação, a comercialização, a importação, a exportação, a aquisição, a estocagem, a retenção ou a transferência, direta ou indiretamente, de minas terrestres antipessoais; Emendas da Câmara ao PLS nº 273/91, transfere ao domínio do estado de Roraima terras pertencentes à União.

Quinta-feira
10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 8/95, dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (isenção de ICMS); PLC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do art. 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro; PLS 676/99, altera a Lei nº 9.496/97, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimento nº 532/01, solicita, nos termos regimentais, que sobre o PLS nº 85/01, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

COMISSÕES

Quarta-feira
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLS nº 184/00, dispõe sobre a regulamentação da profissão de cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais; PLS nº 79/00, altera a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; apreciação, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 65/00, acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, para determinar que os medicamentos em determinadas apresentações sejam vendidos a granel, na quantidade indicada na prescrição; substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 294/89, dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a remuneração, a responsabilidade civil e as garantias dos depósitos de rejeitos radiativos; PLC nº 29/01, dispõe sobre a indicação de edulcorantes na embalagem de produtos dietéticos e similares.
Pauta extra: PLSs nºs 5 e 68, de 2000 (tramitação conjunta), acrescenta dispositivos à lei nº 7.998/90, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica (extrativista vegetal). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLS nº 131/01, cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass); substitutivo ao PLS nº 255/00, dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os artigos 10-A e 10-B à Lei nº 9.469/97, para, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 100 da Constituição federal, com a redação da emenda constitucional nº 30/00, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado (precatório); PLS nº 152/01, altera o artigo 15 da Lei nº 9.504/97, para regulamentar a identificação numérica dos candidatos aos cargos majoritários; PLS nº 229/00, proíbe a arregimentação ou propaganda de bocas-de-urna no dia da eleição; PLS nº 451/99, dispensa do recolhimento de custas processuais as pessoas carentes ou desempregadas; PLS nº 563/99, estende à Justiça Federal a competência para atuar de conformidade com o disposto na Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais); PLS nº 72/01, permite a cessão, a entidades públicas, de bens apreendidos de traficantes de entorpecentes; PLS nº 69/01, estabelece condições diferenciadas de empréstimos para pequenas e microempresas; PLS nº 167/00, dispõe sobre o trabalho rural; Ofício "S" nº 37/01, submete à apreciação do Senado pedido de licença para que o Supremo Tribunal Federal possa apreciar a denúncia constante dos autos do processo oferecido contra o senador Roberto Requião; PLC nº 39/01, altera a Lei nº 1.060/50, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, para conceder a gratuidade do exame de DNA; PLC 59/00, altera a Lei nº 9503/97, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais; PEC nº 3/99, altera dispositivos constitucionais para incluir, na competência da União, a instituição do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, vinculando a receita dele decorrente a obras no sistema nacional de viação e à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis; PEC nº 43/00, modifica a redação dos artigos 20, III, e 26, I, da Constituição federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição Federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PEC nº 38/00, dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 55 da Constituição federal, para exigir voto ostensivo no caso de perda de mandato de deputado e senador nas hipóteses dos incisos I, II e VI do *caput* do mesmo artigo; PEC nº 50/99, modifica o parágrafo 1º do art. 45 da Constituição federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados; PEC nº 36/99, dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados; PEC nº 42/00, dá nova redação ao art. 217 da Constituição federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; PEC nº 32/01, altera o inciso II do artigo 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; PLS nº 222/99 (tramitando em conjunto com o PLS 186/00), autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; PLS nº 188/00, estabelece critérios para a nomeação de ministro do Tribunal de Contas da União; PLS nº 86/99, acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho; PLS nº 395/99, dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos – estudantes ou profissionais – no valor do ingresso em espetáculos musicais; PLS nº 239/00, veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal; PLS nº 544/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, e a Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral; PLS nº 51/01, dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); PLS nº 148/01, altera o Decreto-Lei

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindofo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais, e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Barreira ao aço brasileiro pode ser debatida por comissões

As Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos poderão aprofundar os debates em torno da barreira protecionista norte-americana imposta ao aço brasileiro. A decisão será tomada hoje pela CRE, a partir das 17h30, ao votar requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) solicitando audiência pública para analisar as ameaças de medidas protecionistas americanas ao aço brasileiro.

Caso a proposta venha a ser aprovada, serão convidados para o debate os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Silva do Amaral, e das Relações Exteriores, Celso Lafer. Constam também da lista de convidados a presidente da Associação Brasileira de Siderurgia, Maria Silva Bastos Marques, e o presidente da Companhia de Siderurgia de Tubarão, José Armando Figueiredo Campos.

A Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), vota na mesma reunião requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que solicita a presença na CRE dos membros das Comissões de Agricultura e de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos. Requião quer que os senadores norte-americanos falem sobre a política agrícola daquele país. Em troca, observou Requião, os senadores americanos irão conhecer melhor a realidade agrícola brasileira, especialmente com relação à soja.

A CRE também vai votar a indicação de dois novos embaixadores. Para a embaixada do Brasil na República Federal da Alemanha foi indicado José Artur Denot Medeiros, e para a embaixada brasileira na Itália, Angelo Andrea Matarazzo. Os pareceres dos respectivos relatores, senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Pedro Piva (PSDB-SP), serão apreciados em sessão secreta.

Plenário vota aumento de recursos para regiões pobres

Proposta de Ademir Andrade muda a parcela da arrecadação do IR e do IPI aplicada em financiamentos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Superar diferenças econômicas e sociais entre as regiões brasileiras é o objetivo da proposta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que deve ser votada em primeiro turno hoje. A proposta aumenta de 3% para 4% a parcela do produto da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados aplicada no financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ademir adverte que desequilíbrios regionais podem ter reflexos graves também no Sul e no Sudeste

Pela proposta, a divisão dessa receita passará a ser a seguinte: 1% para o Norte, 1% para o Centro-Oeste e 2% para o Nordeste, permanecendo a garantia da destinação ao semi-árido de metade dos recursos dessa última região. Em defesa da iniciativa, Ademir argumenta que, se o Brasil não enfrentar os desequilíbrios regionais, os fluxos migratórios aprofundarão o desequilíbrio demográfico, com conseqüências ambientais, de abastecimento e de degradação da qualidade de vida das regiões Sul e Sudeste.

O senador observa ainda que, se forem mantidas a miséria e crescente exclusão social das populações do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, isso pode levar a um processo de secessão. Segundo ele, o atual fluxo dos fundos constitucionais tem sido insuficiente para compensar a natural concentração causada pelo livre jogo das forças de mercado.

Também hoje o Senado delibera sobre requerimento em que o senador Tião Viana (PT-AC) pede a formulação de voto de censura aos cientistas Panayiotis Zavos, Severino Antinori e Brigitte Boisselier, que anunciaram o propósito de clonar seres humanos. Tião Viana quer que o Senado expresse a indignação dos brasileiros contra a iniciativa, "considerada moral e cientificamente inaceitável, além de nociva ao patrimônio genético da humanidade".

Na mesma sessão, o Plenário vota proposta de emenda à Constituição do então senador José Roberto Arruda destinada a regularizar a situação funcional de servidores de empresas públicas que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria foi aprovada nos termos de substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Osmar Dias critica isenção de ICMS até 2009 no Paraná

O senador Osmar Dias (PDT-PR) lamentou ontem que o governador do Paraná, Jaime Lerner, tenha prorrogado para 2009 o início de recolhimento do ICMS das montadoras Renault e Audi e mais seis empresas não identificadas. De acordo com o parlamentar, somente com a Renault, a isenção representa uma perda de arrecadação para o estado da ordem de R$ 1,2 bilhão em 12 anos.

Segundo Osmar Dias, "o Paraná está abrindo mão de recursos consideráveis"

O representante do Paraná no Senado afirmou que a medida fere frontalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, já que o governo estadual está abrindo mão de receita sem indicar uma nova fonte para substituí-la. Observou que um acordo desse tipo seria até admissível, se fosse uma política geral para todas as empresas; mas, nesse caso, quebraria o estado.

– O Paraná está abrindo mão de recursos consideráveis em função da insanidade do governo do estado – declarou.

O senador comentou que a concessão foi feita sem que o governo pedisse, em troca, a geração de empregos. Ao contrário, afirmou Osmar, as duas montadoras já anunciam demissões. Para o senador, um futuro governo tem a obrigação de cancelar esse contrato. Ele lembrou que o atual governo foi alertado pelos partidos de oposição para a falta de espaço para tantas montadoras no estado. Essa tese, para ele, foi confirmada com as concessões feitas agora para a Renault e a Audi e o recente fechamento da Chrysler.

O parlamentar comentou ainda a contradição do atual governo de querer vender a Copel (empresa estadual de energia), sob o argumento de dar sustentação a funções do estado, quando ao mesmo tempo está abrindo mão de receita. Osmar afirmou que esses recursos poderiam suprir as necessidades do funcionalismo, que há sete anos não recebem reajuste.

Senado realizará concurso para consultor

O Senado já autorizou a realização de concurso público para o preenchimento de 25 vagas decorrentes de aposentadorias na área de Consultoria Legislativa. O edital deve ser publicado na segunda quinzena de outubro, com previsão de início das provas em janeiro do próximo ano.

O consultor-geral legislativo, Dirceu Teixeira de Matos, informou que existe a possibilidade de que, após o preenchimento das vagas, outros aprovados sejam chamados, pois o concurso tem validade por dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos. Enquanto o edital com informações detalhadas sobre o concurso não fica pronto, o *Jornal do Senado* e a Agência Senado vão divulgar matérias informando o que é e como funciona a Consultoria.

O consultor-geral define a área da seguinte maneira: "Se comparássemos o Senado ao corpo humano, a Consultoria seria o sistema circulatório, que irriga todos os órgãos com as informações necessárias". Com 83 consultores respondendo por 32 núcleos de conhecimento, a Consultoria Geral do Senado é responsável pelo abastecimento de informações aos senadores, às comissões técnicas permanentes e às comissões parlamentares de inquérito. Desde notas técnicas a projetos de lei, a Consultoria atende, em média, de 400 a 500 solicitações mensais, que abrangem estudos, pareceres, discursos, análises e projetos de normas em geral.

Dirceu Matos compara a Consultoria Legislativa com o sistema circulatório, "que irriga todos os órgãos com as informações necessárias"

Quando um senador solicita o serviço da Consultoria, dependendo do assunto, o pedido é encaminhado a um consultor ou a um grupo de consultores. Dirceu explica que geralmente os assuntos são multidisciplinares ou interdisciplinares e necessitam de visões técnicas diferentes para analisar vários ângulos, "mas a visão política é sempre do senador". A superespecialização não é encorajada na Consultoria, que prefere visões mais abrangentes.

O núcleo que tem o maior número de consultores é o de pronunciamentos, ou discursos, com 20 profissionais. Em seguida, vem o de Direito Constitucional, com oito consultores. Os outros núcleos, que incluem disciplinas como saúde, educação, política industrial, agropecuária, previdência, tecnologia e sistema financeiro, entre outras, contam com uma média de três consultores. Nenhum deles está restrito à área específica, podendo atuar em outras. Para cada tarefa, prazos são estipulados de acordo com a urgência e a dificuldade de pesquisa, análise e elaboração.

Atendimento domiciliar pelo SUS pode ser autorizado

Projeto que permite ao Sistema Único de Saúde prestar assistência na casa do paciente será votado hoje pelo Plenário. A proposta tem parecer favorável

O Plenário do Senado deve votar hoje em turno único parecer do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) favorável ao projeto de lei da Câmara que estabelece, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a assistência domiciliar. A matéria, apresentada pelo deputado Doutor Hélio (PDT-SP), já foi aprovada na Câmara dos Deputados.

O projeto determina que o SUS passe a realizar o atendimento e a internação domiciliar, incluindo os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos, de assistência social e outros que sejam necessários ao cuidado integral do paciente em seu domicílio. Também garante que a internação domiciliar somente ocorrerá por indicação médica e com a concordância do paciente e da família.

Na opinião de Geraldo Althoff, o projeto proporciona vantagens ao paciente e ao Sistema Único de Saúde, sobretudo nos casos de enfermidades crônico-degenerativas, como a doença de Alzheimer, Parkinson e câncer. Ele registrou que a assistência domiciliar permite que o doente compartilhe do carinho e dos cuidados de sua família, ao mesmo tempo em que são reduzidos os custos do tratamento. Será possível também, disse, diminuir o número de leitos ocupados.

Para Geraldo Althoff, relator do projeto, proposta traz vantagens ao paciente e ao SUS

Em seu relatório, Althoff ressaltou que "a modalidade domiciliar de atendimento e internação domiciliar já se mostrou bem sucedida em municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e em países europeus e da América do Norte".

Lúcio Alcântara defende extinção dos manicômios

Ao registrar o Dia Mundial da Saúde Mental, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que "todos os loucos vivem em sociedade e não existe justificativa ética, social ou científica para o isolamento de pessoas com transtornos mentais", que, desde que bem orientadas, são capazes de desenvolver funções quotidianas. O senador lembrou ainda que até hoje não existe "uma classificação universal de moléstias mentais aceita pela unanimidade dos países".

Após apresentar uma série de registros literários do que seriam manifestações de loucura – começando por Homero e passando por Shakespeare, Erasmo de Rotterdam, Cervantes, Dostoievski, Franz Kafka e Roy Potter, além de autores nacionais como Machado de Assis, Cornélio Pena, Otto Lara Resende, Nélson Rodrigues e Assis Brasil –, o senador concluiu que "a postura antimanicomial é a mais correta".

– Se a literatura traduz a realidade, é fácil verificar que as pessoas retratadas como doentes mentais podem conviver pacificamente no meio de pessoas consideradas normais, embora até hoje não exista uma definição correta de normalidade, como não existe de doença mental – argumenta Lúcio Alcântara.

De acordo com o senador, "o isolamento em hospícios ou casas de tratamento é quase sempre acompanhado de maus-tratos, desinteresse e excesso de medicamentos que levam à cronificação da doença". Ele entende que "em muitos casos consiste em abuso de poder por parte das famílias dos internados, que não querem se comprometer em levá-los para tratamento diário, em clínicas especializadas".

Alcântara diz que "doenças mentais são tratáveis e é necessária uma política nacional bem definida, com investimentos em pesquisas, abrangendo psiquiatria, neurociência e ciências sociais". E apela para que as autoridades "meditem sobre o assunto e terminem, definitivamente, com os asilos e manicômios, permitindo a todos os brasileiros, doentes ou sãos, viver uma vida digna".

Romeu Tuma defende aposentadoria da mulher policial após 25 anos de contribuição

Projeto de Romeu Tuma beneficia mulher policial

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou projeto de lei que altera a Lei Complementar nº 51, para estabelecer que as mulheres policiais poderão se aposentar voluntariamente após 25 anos de contribuição, desde que contem, pelo menos, 15 anos de exercício em cargos naquela atividade. O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

A propota mantém a aposentadoria voluntária dos policiais do sexo masculino aos 30 anos de contribuição, desde que contem pelo menos 20 anos de exercício em cargos de natureza estritamente policial. A aposentadoria compulsória é mantida aos 65 anos de idade, para ambos os sexos, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados.

O senador ressalta que o projeto de sua iniciativa está em total harmonia com o que determina a Constituição federal, que permite a adoção de requisitos diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos que exerçam atividades sob condições especiais que podem prejudicar a saúde ou a integridade física.

A relatora da matéria, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), considera a proposta oportuna e conveniente, e manifestou-se favorável à aprovação do projeto.

Projeto de Lúcio Alcântara dificulta mudança de nomes consagrados

Troca de nome de rua pode ser submetida à população

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto estabelecendo que a população seja consultada em caso de troca de nome de bem público. O projeto está aguardando designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa.

Alcântara argumenta, em sua justificação, que, ao exigir que as propostas de alteração de nome sejam precedidas de consultas à população interessada ou aos usuários, nos casos de ruas ou vias, "evita-se que argumentos de circunstância possam resultar na substituição de nomes de uso corrente e consagrado por outros de escassa aceitação social".

Comissão examina mudança na Lei de Entorpecentes

Projeto prevê orientação, nas escolas, sobre prevenção de drogas, bem como disponibilização de serviços de saúde para tratamento do usuário

A reformulação da Lei de Entorpecentes é o que objetiva projeto de lei da Câmara que será apreciado hoje, a partir das 9h, pela Comissão de Educação. O relator, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), apresentou substitutivo ao projeto, de iniciativa do deputado Elias Murad (PSDB-MG). A proposta prevê orientação, nos três graus de ensino, sobre prevenção de drogas; disponibilização dos serviços de saúde estatal para tratamento do usuário; e pena de reclusão de três a 15 anos e multa para os infratores. A matéria também trata da fiscalização, controle e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes.

– Não se pode mais aplicar, simplesmente, a privação de liberdade a todos os que consomem drogas, sem analisar melhor as razões desse consumo e sem estabelecer políticas consistentes para conter o tráfico. É necessário que se opere a revisão da lei, que é de 1976, para que o ordenamento jurídico efetivamente acompanhe os novos valores da sociedade – disse o relator.

Ricardo Santos apresentou substitutivo ao projeto oriundo da Câmara

A proposta regula as operações e ações relacionadas aos produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica. Para fins desta lei, são considerados ilícitos os produtos, as substâncias ou as drogas que causem dependência física ou psíquica, especificados em lei e tratados internacionais firmados pelo Brasil. A proposta prevê medidas que estimulem a colaboração com vistas ao combate às drogas.

Conforme o projeto de lei, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios criarão estímulos fiscais destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborarem na prevenção da produção, do tráfico e do uso de drogas.

Outra matéria incluída na pauta da comissão é o parecer do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) favorável ao projeto do deputado Cunha Bueno (PPB-SP) que obriga os novos aparelhos de televisão fabricados no Brasil a contarem com dispositivo eletrônico que possibilite ao usuário bloquear a recepção de programas que considere inadequados. Também serão apreciados 17 projetos de decreto legislativo que tratam da outorga para o funcionamento de rádios em vários estados.

Bezerra quer mais proteção para vítimas e testemunhas

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto assegurando direitos às vítimas e testemunhas que colaborem com investigações criminais. A idéia é evitar constrangimentos que possam atrapalhar as apurações e o processo criminal.

A proposta garante o anonimato e a opção de não depor na presença do acusado. Além disso, vítimas e testemunhas, se assim o desejarem, poderão exigir que seus endereços não constem dos inquéritos e processos judiciais. Segundo Carlos Bezerra, o projeto segue a tendência internacional de se proteger vítimas e testemunhas, exposta na Declaração dos Direitos Fundamentais de Justiça para as Vítimas de Delito e Abuso de Poder, firmada pela Organização das Nações Unidas em 1985.

– Movimentos cada vez mais crescentes despontam em grande número de países, preocupados em delimitar, definir, difundir e assegurar os direitos das vítimas. A Declaração das Nações Unidas tem a preocupação com a escalada dos crimes com grande número de vítimas – cujos direitos não são adequadamente observados –, os reflexos da criminalidade e os males adicionais decorrentes do próprio processo – explicou.

Idéia de Carlos Bezerra é evitar embaraços à investigação e ao processo criminal

Suassuna quer liberar capital estrangeiro na TV a cabo

Senador argumenta que, pelas normas em vigor, nenhum outro serviço de telecomunicações tem limitação para os investimentos externos

Projeto de lei apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elimina a restrição à participação do capital estrangeiro no serviço de TV a cabo. Segundo o autor, a proposição visa uniformizar o tratamento legal do serviço de TV a cabo àquele dado aos demais serviços de telecomunicações, ensejando condições de capitalização e competitividade similares às que existem para seus concorrentes.

Ney Suassuna salienta que as operadoras de TV a cabo não são produtoras de conteúdo

Na justificação do projeto, o senador argumenta que nenhum outro serviço de telecomunicações tem qualquer limitação aos investimentos externos, nem mesmo a telefonia fixa, considerada de interesse estratégico para o desenvolvimento nacional. A matéria está tramitando na Comissão de Educação (CE) em caráter terminativo – ou seja, a decisão da comissão equivale à do Senado como um todo, salvo se houver recurso para que a matéria seja votada em Plenário.

Para Suassuna, as operadoras de TV a cabo não são, por definição legal, produtoras de conteúdo, mas organizadoras e distribuidoras de pacotes de programação elaborados pelas empresas programadoras. Por isso, acrescentou, não se pode argumentar que a restrição ao capital estrangeiro nas empresas de televisão a cabo protege a cultura nacional, a exemplo da proibição constitucional em vigor para as empresas concessionárias de radiodifusão.

Conforme o senador, a eliminação das restrições ao capital estrangeiro nas empresas de TV a cabo em nada afetará os benefícios sociais criados pela lei que instituiu esse serviço, como a transmissão obrigatória dos canais básicos. "Ao contrário, esses benefícios serão significativamente aumentados com a expressiva ampliação da rede", afirmou.

Ademir critica vetos presidenciais ao Plano Nacional de Educação

Os vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educação mostram, para o senador Ademir Andrade (PSB-PA), que não há vontade política de resolver os problemas do setor.

– O aumento dos recursos para a educação, de 4,6% para 7% do Produto Interno Bruto (PIB), previsto no projeto aprovado pelo Congresso e cortado pelo presidente, significaria a redenção do setor, invertendo a direção do abismo em que se acha mergulhada a educação brasileira, já que possibilitaria incremento de R$ 24 bilhões nos gastos com essa área – afirmou Ademir Andrade.

Senador diz que falta ao governo vontade política para resolver os problemas da educação no país

O senador pelo Pará opinou que a insensibilidade do governo também fica expressa na forma como está sendo tratada a greve dos servidores e professores das universidades federais, que já dura desde agosto. "Em vez de abrir rápida negociação com as categorias, o Ministério da Educação determinou a suspensão dos salários", comentou.

Ademir Andrade disse ainda que a 2ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Básica – realizada no último dia 3 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – em vez de ser entendida como simplesmente uma bandeira da oposição, deve ser interpretada como a constatação de que o futuro está na educação. Ele registrou que até mesmo organismos oficiais do governo já manifestam a percepção de que a melhoria do sistema educacional se constitui em importante elemento de desenvolvimento.

Em audiência pública realizada no início de setembro na comissão mista que estudou medidas para erradicar a pobreza, lembrou o senador, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Borges Martins, e seu diretor de políticas sociais, Ricardo Paes de Barros, afirmaram que o crescimento econômico, a intervenção no salário mínimo e a oferta de emprego não são suficientes para erradicar a indigência e a pobreza, que já atingem 64 milhões de brasileiros.

– Segundo eles, a garantia de cinco anos de escolaridade a toda população brasileira resultaria numa redução de 6% na pobreza ora existente, percentual que se elevaria a 13% no caso de dez anos de escolaridade, colocando-se, assim, a educação como uma das políticas estruturais de maior impacto mensurável na redução das desigualdades que caracterizam a distribuição de renda em nosso país – destacou Ademir.

Representantes do Vasco da Gama prestam depoimento

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades no futebol brasileiro reúne-se hoje, às 10h, para ouvir depoimentos de quatro pessoas ligadas ao Clube de Regatas Vasco da Gama.

Serão ouvidos pela CPI o presidente do Conselho Fiscal do Vasco da Gama, Geraldo Teixeira da Silva; o ex-presidente do clube Antônio Soares Calçada; o contador Vanderlei Doring e o benemérito Carlos Alberto Cavalheiro.

A CPI do Futebol é presidida pelo senador Álvaro Dias (PDT-PR) e tem como relator o senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h – *Saúde/Unip* – Dependência química – Parte 2
6h30 – *Debate* – O prof. Bautista Vital e o brigadeiro Sérgio Ferolla falam sobre a nova ordem mundial
7h30 – *Entrevista* – O sen. Mauro Miranda fala sobre a crise na pecuária leiteira
8h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
8h30 – *Saúde/Unip* – Dependência química – Parte 2
9h – *As Cores do Brasil* – Museus de Campina Grande
9h30 – *Entrevista* – O sen. Artur da Távola fala sobre o terrorismo e a liberdade civil
10h – Comissão de Assuntos Econômicos – PLS 58/2001: institui o Programa de Construção Associativa da Casa Própria; PLS 689/99: dispõe sobre a política agrícola e outros (ao vivo)
Logo após – Comissão de Educação (ao vivo)
13h30 – *Debate* – O prof. Bautista Vital e o brigadeiro Sérgio Ferolla falam sobre a nova ordem mundial
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 – Comissão de Assuntos Sociais – Reunião de instalação da Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano. Elege o presidente e o vice da subcomissão (gravado)
19h30 – *Debate* – O prof. Bautista Vital e o brigadeiro Sérgio Ferolla falam sobre a nova ordem mundial
21h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
21h30 – CPI do Futebol – Reunião para ouvir Geraldo Teixeira da Silva (presidente do Conselho Fiscal do Vasco), Antônio S. Calçada (ex-presidente do Vasco), Vanderlei Doring (contador do Vasco) e Carlos Alberto M. Cavalheiro (benemérito do Vasco) (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h – Música, informação e serviços
7h30 – *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h – *Senado Primeira Hora* – As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h – Música e informação
9h30 – *Tanto Mar* – Música em países de língua portuguesa pelo mundo
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
13h30 – *Tanto Mar* – Música em países de língua portuguesa pelo mundo (reapresentação)
14h15 – *Senado Notícias* – Edição da tarde
14h30 – Sessão Plenária do Senado
19h30 – *A Voz do Brasil*
20h – Música e informação
20h30 – *Tanto Mar* – Música em países de língua portuguesa pelo mundo (reapresentação)
22h – *Senado Notícias* – Edição da noite
23h – *Jazz & Tal*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:
- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência: 3.644,4 Mhz
- Freqüência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico
- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Freqüencia - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11,com conectores tipo F

Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Projeto determina semáforo sonoro para ajudar deficiente

Maria do Carmo Alves prevê instalação de equipamentos em travessias de pedestres perto de centros de ensino especial

Projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) determina a instalação de semáforos equipados com dispositivo sonoro em travessias de pedestres localizadas nas imediações de estabelecimentos de assistência a portadores de deficiência visual e próximas a centros de ensino especial. O projeto está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Maria do Carmo disse que a medida pretende atenuar as dificuldades enfrentadas por portadores de deficiência visual nos seus deslocamentos, salientando que o Código de Trânsito Brasileiro não previu nenhum tipo de facilidade ou proteção especial nesse sentido.

Na justificação, a senadora afirmou que o projeto, além de contribuir para a segurança dos portadores de deficiência na travessia de avenidas e ruas movimentadas, terá eficácia também sobre o comportamento dos motoristas, ao estimular "atenção redobrada, responsabilidade e disciplina" nesses locais específicos.

O projeto remete ao Conselho Nacional de Trânsito a responsabilidade de estabelecer os critérios para a instalação dos semáforos sonoros. Os critérios, ressalta a senadora na justificação da proposta, deverão indicar as condições em que uma determinada travessia exigirá a sinalização especial.

Patrocínio: Tocantins passa a exportar energia elétrica

Inauguração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães já permite a venda de 35 megawatts para outros estados, segundo o senador

Patrocínio lembra que o Tocantins construirá mais quatro hidrelétricas

O estado do Tocantins será um dos maiores estados exportadores de energia elétrica do país, previu em discurso o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), ao comentar a inauguração, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, no Rio Tocantins, na última sexta-feira. Só a primeira turbina que entrou em funcionamento, de 182 megawatts, abastecerá o estado e ainda permitirá a venda de aproximadamente 35 megawatts para outros estados.

Outras quatro grandes hidrelétricas serão construídas no Rio Tocantins, informou o senador. A Hidrelétrica Luís Eduardo foi erguida basicamente com dinheiro privado, tendo como participante uma única empresa estatal, a Companhia de Eletricidade de Brasília, que detém 20% do capital. A usina foi construída inclusive com investimento de um grupo privado estrangeiro, além da participação da empresa que comprou a Companhia de Eletricidade do Tocantins no processo de sua privatização.

Carlos Patrocínio destacou ainda a inauguração, também no final da semana, do Aeroporto Internacional de Palmas, "no centro geodésico do Brasil". Para ele, o novo aeroporto reduzirá o custo das importações via aérea destinadas aos estados do centro do país, as quais chegam hoje a São Paulo ou ao Rio de Janeiro e ainda devem ser transportadas por mais de 2 mil quilômetros até chegarem ao seu destino.

O senador lamentou que, nas inaugurações do aeroporto e da usina, "não foi permitida uma presença mais próxima do povo", por causa do grande aparato de segurança em torno do presidente da República. Patrocínio foi um dos convidados para as solenidades.

Ornélas pede recuperação das rodovias federais

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) apontou mais uma vez, ontem, a falta de atenção do governo para com a recuperação e manutenção das rodovias federais. O senador afirmou que a crise das rodovias é tão grave quanto a energética, e criticou a atuação do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha.

Citando pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), o senador afirmou que o Nordeste é discriminado pelo Ministério dos Transportes, uma vez que 80% das piores estradas do país estão naquela região.

A mesma pesquisa aponta que 75% das melhores rodovias brasileiras encontram-se no Sudeste e no Sul.

A CNT indica ter havido nos últimos dois anos piora na situação das estradas, apontando 68,8% dos mais de 45 mil quilômetros de rodovias federais brasileiras como deficientes, ruins ou péssimos.

Waldeck Ornélas citou especialmente a situação das estradas federais baianas, entre elas a BR-407, que liga Juazeiro a Salvador, combinada com a BR-324, e a BR-110, que liga Salvador a Paulo Afonso. Estas, segundo a pesquisa, são as três piores estradas brasileiras.

O senador comunicou o recebimento de correspondência do ministro dos Transportes, após seu último pronunciamento em que tratava do assunto, informando sobre dois contratos de conservação rodoviária e um contrato de restauração.

Ornélas considerou as medidas insuficientes e encerrou seu discurso dizendo:

"Vá para casa, Padilha!".

Mozarildo Cavalcanti preside a comissão que apura atividades das ONGs

CPI das ONGs deve votar requerimentos

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades na atuação de organizações não-governamentais reúne-se hoje, às 17h30, com o propósito de discutir e votar requerimentos, além de tratar de assuntos diversos.

A reunião da comissão, que tem como presidente o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), será realizada em caráter reservado.

Projeto de Osmar Dias proíbe cobrar taxa mínima de energia

Osmar Dias destaca que Câmara de Gestão suspendeu a cobrança da taxa mínima

O senador Osmar Dias (PDT-PR) apresentou projeto de lei que proíbe a cobrança de taxa mínima de energia elétrica para consumidores residenciais, que passarão a pagar somente a energia efetivamente consumida. O projeto, que está tramitando em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), altera a lei que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.

Em sua justificação, Osmar Dias lembra que a Câmara de Gestão da Crise de Energia suspendeu a cobrança do chamado custo de disponibilidade (taxa mínima) para que o consumidor pudesse receber o valor integral do bônus ao qual teria direito, esperando, assim, estimular a economia de energia, mesmo entre aqueles com consumo igual ou inferior a 100 kWh. O senador defende a extinção definitiva da cobrança do custo de disponibilidade, afirmando que o consumidor deve pagar apenas pela energia que consome.

"Além de ser mais justa, a medida constitui um estímulo ao uso racional dos recursos. Se um pequeno consumidor souber que poderá economizar e pagar unicamente pelo que consumiu, ele terá todo o interesse em reduzir seu consumo", argumenta o senador.

CAE vota projeto que cria programa de habitação para a classe média

A proposta, que tramita em caráter terminativo, prevê o financiamento, pelo SFH, para grupos organizados em condomínio. Cada família associada não poderá ter renda superior a R$ 3.600

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar hoje projeto de lei de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) instituindo o Programa de Construção Associativa da Casa Própria. A proposta pretende garantir o financiamento da construção de casas e apartamentos para famílias com renda de até R$ 3.600, por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Segundo o projeto, que recebeu parecer favorável do relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), será financiada a produção habitacional diretamente promovida por grupos de associados organizados na forma de condomínios horizontais ou verticais, constituídos por no mínimo quatro e, no máximo, 80 associados, com renda familiar não superior a 20 salários mínimos.

Na justificação do projeto, a ser apreciado em caráter terminativo, o senador Antonio Carlos Valadares afirma que o objetivo básico da proposta é suprir a carência da atual política habitacional do governo, que não se ocupa das famílias de classe média. Para ter direito a pleitear o financiamento, conforme o projeto, a associação precisa ter adquirido o terreno destinado à construção dos imóveis, dispondo-se ainda, perante o agente financeiro, a dar uma contrapartida de até 40% do valor financiado.

Antonio Carlos Valadares é autor do projeto, que supre carência da política habitacional do governo

POLÔNIA

A CAE deve examinar também mensagem do presidente da República solicitando autorização do Senado para negociar no mercado internacional crédito que o governo brasileiro mantém com a Polônia, no valor de US$ 3,4 bilhões. O deságio envolvido na operação vai depender do grau de risco apresentado pela Polônia, perante o mercado, na hora da colocação do crédito à venda. O governo acha, contudo, que poderá, com a venda dos créditos para terceiros, obter US$ 2,38 bilhões (com um deságio de 30%, portanto), que irão fortalecer as reservas internacionais do país.

O crédito brasileiro com os poloneses é decorrente de exportações feitas pelo Brasil para aquele país nos anos 70. Em 1992, quando a Polônia enfrentou grave crise econômica, o governo brasileiro renegociou os créditos originais, aceitando impor sobre eles deságio de 50%, no âmbito do Clube de Paris.

Com o deságio, àquela época, o valor do crédito brasileiro foi reduzido para US$ 3,8 bilhões. De lá para cá, o Brasil vem recebendo juros de apenas 0,84% ao ano, enquanto a Libor média anual é de 6,36%. Em razão da reduzida taxa de juros, o débito polonês foi reduzido em somente US$ 400 milhões até hoje, motivo pelo qual o governo brasileiro prefere negociá-lo no mercado. Para isso, necessita de autorização do Senado.

Segundo Mauro Miranda, objetivo do EcoMuseu é preservar meio ambiente no Centro-Oeste

Mauro destaca atuação de museu do cerrado

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou a atuação do EcoMuseu do Cerrado na preservação do meio ambiente na Região Centro-Oeste. O museu, fundado em 1998 a partir da criação do Parque Estadual da Serra dos Pirineus, que abrange sete municípios goianos, objetiva preservar parte da região onde se situam os divisores de águas das três maiores bacias hidrográficas continentais e favorecer o resgate da história da região, que começou a ser povoada há 300 anos.

– O objetivo é resgatar, valorizar e promover as diversas culturas que foram se estabelecendo e criando uma identidade regional comum com acentuadas marcas da interação entre cultura e meio ambiente – afirmou o senador.

O EcoMuseu, informou o senador, promove roteiros ecológicos e culturais que oferecem ao visitante a oportunidade de conhecer o cerrado do Planalto Central e suas características naturais e humanas.

INCÊNDIO

Mauro Miranda destacou também o Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do EcoMuseu do Cerrado, parceria entre a ONG Instituto Huah, Ibama e Corpo de Bombeiros Militar do estado de Goiás, além de outros órgãos públicos. O programa inclui a construção de barreiras contra o fogo, campanhas educativas e formação de brigadas de incêndio, para combater queimadas no cerrado no período da estiagem, evitando a devastação da fauna e da flora.

O senador elogiou o programa e disse que iniciativas como essa devem servir de exemplo para todo o país.

CAS instala hoje a Subcomissão de Moradia

A Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento será instalada hoje, a partir das 10h. Devem ser eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado. Vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a subcomissão vai acompanhar, nas esferas federal, estadual e municipal, a implantação do Estatuto da Cidade, sancionado em julho pelo presidente Fernando Henrique.

A iniciativa de criar a subcomissão partiu do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), relator, na CAS, do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Estatuto da Cidade. Além de divulgar estudos relativos à moradia e urbanização no país, o colegiado deverá elaborar e analisar proposições legislativas sobre o tema, tendo o poder de convocar cidadãos e autoridades da área para prestar depoimentos em audiências públicas.

Entre as inovações previstas no Estatuto da Cidade está o estabelecimento de diretrizes gerais da política urbana, destacando-se a adoção do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo, aplicado aos proprietários de imóveis urbanos que tenham descumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização das áreas. Há ainda a usucapião especial, assegurado a quem possuir área ou imóvel urbano de até 250 metros quadrados por cinco anos ininterruptos, sem oposição, para fins de moradia.

Em seu parecer, Mauro Miranda realçou a importância da matéria, que interessa diretamente a 80% da população brasileira. "Quatro em cada cinco brasileiros moram hoje em cidades e enfrentam problemas relativos à precariedade dos sistemas de transportes e dos serviços de saneamento e energia elétrica, à escassez de moradias, ao desemprego e a outros fatores de desqualificação da vida urbana", destacou em seu relatório.

Ornélas propõe uso do FGTS em prestações atrasadas

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) apresentou projeto de lei que possibilita a utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais. O projeto proíbe que o FGTS seja utilizado por mais de uma vez, para evitar que a medida acabe por se tornar um estímulo ao aumento da inadimplência.

Waldeck Ornélas, autor do projeto, quer ampliar o uso do FGTS

Para o parlamentar, a atual legislação sobre o FGTS priva o trabalhador de regularizar situação de inadimplência, levando-o muitas vezes à perda do imóvel.

Na justificação do projeto, Ornélas argumenta que o impedimento para se utilizar os recursos do FGTS "prejudica sobremaneira não apenas o trabalhador, mas o próprio SFH (Sistema Financeiro de Habitação), uma vez que a inadimplência representa um dos maiores entraves à saúde financeira do sistema".

Segundo Ornélas, é necessário limitar a utilização do FGTS a apenas uma vez para que não se torne interessante "deixar de pagar as prestações para aplicar o dinheiro no mercado financeiro e depois utilizar o fundo para saldar a dívida". A proposição está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo.

Ornélas lembrou que a proposta permite a utilização do fundo não só para pagamento de prestações atrasadas, mas também das que estão por vir.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Carlos Patrocínio e Osmar Dias